

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

VALTER MOURA DO CARMO

CAROLINE VARGAS BARBOSA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Caroline Vargas Barbosa; Livio Augusto de Carvalho Santos; Valter Moura do Carmo – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-667-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O VI Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 em formato 100% digital, foi realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e a Faculdades Londrina, tendo apresentado como temática central “Direito e Políticas Públicas na era digital”. As discussões em torno da temática foram de muito relevo, nos painéis, nos Grupos de Trabalho de artigos e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento os trabalhos foram apresentados de forma virtual e posteriormente foram realizados debates entre os apresentadores, os coordenadores e os demais participantes. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos, que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Os trabalhos aprovados e apresentados no supramencionado GT foram: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022 de autoria de Thierry Willian De Moura Coelho; A EXTENSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL: ANALOGIA IN MALAM PARTEM OU GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE? de autoria de Beatriz Nascimento Costa Mourão Nogueira; A SEGREGAÇÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM de autoria de Érica Pinheiro de Albuquerque Leal; A TRANSIÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL de autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos e orientado por José Antonio de Faria Martos.

Os seguintes trabalhos: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE DA META 5.2 DA AGENDA 2030 de autoria de Patrícia Lima Feitosa Leão; AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO de autoria de Emilli Mailly Miranda de Aquino e orientado por Luanna Tomaz de Souza; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS de autoria de Maria Inês Lopa Ruivo e orientado por Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; CASAMENTO INFANTIL E NORMAS

SOCIAIS: EM BUSCA UM NOVO QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENDER O FENÔMENO de autoria de Rafaela Missaggia Vaccari; ENTREGUE AOS LOBOS: A QUESTÃO DO ASSÉDIO E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS orientado por Caio Augusto Souza Lara; INTERSECCIONALIDADE E FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA de autoria de Bruna Santana da Encarnação; MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES NO EMPREENDEDORISMO de autoria de Larissa Moraes e Ananda Viana de Miranda, sendo orientadas por Roberta Pinheiro Piluso;

E por fim os trabalhos: REVISÃO DE LITERATURA DO ACESSO AO ABORTO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO de autoria de Ana Clara Feitosa Barros, sendo orientada por Luanna Tomaz de Souza; VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO DESCASO HISTÓRICO/ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A ESSAS MINORIAS NO BRASIL de autoria de Maria Eduarda Machado de Andrade Santos e de Ana Caroline Santana Alves Sobreira, sendo orientadas por Grasielle Borges Vieira De Carvalho; A SUBJETIVIDADE NA NOVA IDENTIDADE ALGORITIMICA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE PLATAFORMA E ROTULAÇÃO RELACIONADAS ÀS MULHERES de autoria de Amanda Rodrigues Tonoli.

As apresentações dos trabalhos foram divididas em dois blocos, no primeiro foram abordados trabalhos envolvendo temáticas Trans e no segundo políticas públicas de gênero com foco nas mulheres. Após as apresentações e debates ficaram evidenciadas a diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados pelos (as) pesquisadores (as) que acrescentam para a ciência e a sociedade.

Agradecemos a todos (as) os (as) pesquisadores (as), colaboradores (as) e pessoas envolvidas nos debates e na organização do evento pela sua inestimável contribuição, bem como desejamos uma excelente leitura!

Profa Ma. Caroline Vargas Barbosa - UnB

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos – UNIMAR

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA

A SEGREGAÇÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM

Érica Pinheiro de Albuquerque Leal
Fellipe de Sousa Pantoja

Resumo

INTRODUÇÃO: A crise urbana perante a segregação espacial na realidade brasileira não é inovação e demonstrou-se significativamente através da expansão das ocupações irregulares nas áreas urbanas, relegadas a população que tem raça específica e com reprodução de violências de gênero estereotipadas. Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa essa marginalização com o objetivo de estudar os entraves quanto o alcance e efetividade do acesso à cidade, sob uma perspectiva histórico-social da expansão da urbanização no aspecto raça e gênero. Dessa forma, a inquietação quanto a segregação socioespacial, sob a ingerência da racialização e pela ausência das mulheres no processo de decisão de poder na formação da cidade inicia essa interseccionalidade sobre a temática. Especialmente, no que concerne ao reconhecimento dos espaços marginalizados, ocupados majoritariamente por grupo de racializados e com lideranças dos lares chefiadas por mulheres, essas que não possuem integração a realidade urbana de forma equânime ao resto dos cidadãos (MARICATO, 2017). Sendo assim, a desmitificação da “democracia racial” de suposta harmonia no país miscigenado da América-Latina, frente as possíveis interações raciais na formação da sociedade, é exposta desde a luta antirracista no início dos anos 50 no Brasil (BASTIDE; FERNANDES, 1955). Ao mesmo tempo em que os centros urbanos se expandiam e o processo histórico de espoliação urbana e de ocupação irregular do solo ficava como fenômeno fático-territorial. Nessa perspectiva, a ocupação do espaço urbano delimitou as localidades que seriam destinadas a moradia da população responsável pelo crescimento urbano, segregando-a de acordo com o contexto de classe, raça e gênero. Nos quais a população subalternizada foi relegada a periferia, refém do inaccessibilidade aos serviços e equipamentos públicos, onde não há ordenação territorial e muito menos a segurança no direito à cidade. Dentro dessa narrativa, a mulher negra periférica mantém o local de privação e de perpetuação das violências, onde o empobrecimento se espalha e marca o corpo feminino com rasgaduras patriarcais, sexistas e racistas desde o espaço doméstico até o trabalho externo com a exposição aos riscos das diversas violações. Diante disso, o artigo pretende analisar as problemáticas para o acesso ao direito à cidade da perspectiva historiográfica de segregação da urbanização na cidade, na ótica das categorias de raça e gênero, focalizando nas mulheres pretas. **PROBLEMA DE PESQUISA:** “quais as problemáticas de segregação no acesso à cidade frente a perspectiva de gênero e raça das mulheres pretas na cidade de Belém?” **OBJETIVO:** Dentro das diversas dimensões de desigualdade no Brasil, o corte para as de raça e gênero constituídas no contexto da urbanização serão o enfoque da pesquisa, com o objetivo de analisar a segregação territorial no acesso à cidade na cidade de Belém. **MÉTODO:** A

pesquisa partirá do procedimento da coleta de dados bibliográficos e da coleta documental, eis que a exposição do tema em estudo terá por base as fontes primárias de publicações em livros, de periódicos e de publicações seriadas, que explorem o corte metodológico de analisar a natureza jurídica dos direitos reais, do direito real de laje e da função social da cidade e levantamento dos dados do Censo Demográfico, através da quantificação dos moradores de acordo com a raça e o gênero, que ocupavam as áreas periféricas até o último cadastro multifacetário finalizado na cidade de Belém. RESULTADOS ALCANÇADOS: O crescimento dos centros urbanos no Brasil foi marcado pela espoliação urbana e pelo movimento de gentrificação, no qual o contexto de avanço na exploração da Amazônia e da produção da borracha a partir do final do século XIX começava a ditar o rumo do prisma mercadológico na região (CASTRO; CAMPOS, 2015). Diante de tal realidade, a influência da classe perpetrava padrões de ocupação no território e reconhecia o direito à propriedade aos patriarcais senhorios brancos, que administravam os negócios das famílias com poder aquisitivo. Deste modo, a dinâmica do uso do espaço urbano no final do século XX restou marcado pela retirada das moradias “irregulares” dessas grandes áreas, relegando as áreas de baixada para a ocupação desordenada e sem planejamento do poderio público (ABELÉM, 1998). E o início do século XXI apresentou o processo de segregação socioespacial e periferização com a ausência do fornecimento dos serviços públicos. E sob esse histórico de segregação territorial analisou-se os dados censitários quanto a segregação socioeconômica, étnico racial e de gênero no centro urbano de Belém, no qual a população negra distribuiu-se na extensão urbana conforme a renda, habitação e escolaridade apresentada (CARRIL, 2006). O debate foi levantado principalmente pelas feministas negras como a Kimberlé Crenshaw, onde destrinchou as intersecções entre raça e gênero, partindo da análise da realidade social como o trabalho se propõe a fazer, ao destrinchar o porquê de os dados censitários apontarem expressivo número de mulheres negras que moram em bairros periféricos da zona de Belém. Especificamente quanto as mulheres negras que ocupam essa cidade, os estudos de Lélia Gonzalez (1982) apresentam os parâmetros brasileiros que atribuíam a dupla imagem a essas mulheres: a hiperssexualização dos seus corpos e a destinação a determinadas atividades domésticas, onde o palco está pronto para a aparição do racismo e sexismo. Essa luta é subsidiada pelo reconhecimento que o local ocupado por essas mulheres negras as fornece uma vivência e experiência de vida que nenhuma outra mulher sentirá, como acredita Djamila Ribeiro (2019) e Praticia Hill Collins (2017). Tais corpos portam histórias e marcas que não foram ultrapassadas pela sociedade como um todo. Portanto, no contexto de desigualdade socioeconômica e racialização dos indivíduos é importante analisar a quem os centros urbanos têm servido e quais sujeitos na cidade que detém efetivamente os direitos sociais garantidos, principalmente devido 6,7 % da população do Estado do Pará ter se autodeclarado como negra, de acordo com o Censo do IBGE. À vista disso, a partir da análise do Direito à Cidade de Henri Lefebvre, a cidade deve ser conceituada a partir dos componentes que a constituem, revelando as problemáticas que nela habitam sem isolamento, abrindo horizontes para novos debates (LEFEBVRE, 2016).

Palavras-chave: segregação espacial, desigualdade de raça, intersecção de gênero

Referências

ABELÉM, A. G. Urbanização e remoção: por que e para quem? Belém: UFPA/NAEA, 1988.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

CARRIL, Lourdes. Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2006.

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. 640 p. Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 3, p. 277-284, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

GARCIA, Antônia. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. Lugar de negro, v. 3, p. 9-66, 1982.

IBGE, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. 2015.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2016.

MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Editora Vozes Limitada, 2017.